



RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE ESTRELA EM 03.02.2017

Aos 03 dias do mês de fevereiro de 2017, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Estrela a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000097-71.2017.5.04.0000.

A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Cezar Eduardo Roos e pelo assistente Enio Luís Santos de Freitas.

Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 27.04.2016

Data de Implantação do PJe: 10.12.2013

Jurisdição: Bom Retiro do Sul, Colinas, Estrela, Fazenda Vilanova, Imigrante, Paverama, Poço das Antas, Teutônia, Westfália

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2016 a 03.02.2017

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Rogério Donizete Fernandes	1ª Vara do Trabalho de Estrela

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Estrela gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários, sendo subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.

2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro		
Servidor	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cezar Eduardo Roos	Coordenador (CJ1) 10.12.2013
2	Enio Luís Santos de Freitas	Assistente (FC02) 13.01.2014



Servidores lotados na Central de Mandados			
Servidor	Cargo	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
1	José Francisco Hauschild	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	10.12.2013
2	Reges Rossato Peripolli		10.12.2013
3	José Dias de Oliveira Neto		07.12.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.01.2017)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Ausências dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Tipo de Ausência	Nº de Dias de Afastamento	Total
Cezar Eduardo Roos	Licença-Paternidade (PAT)	20	20
Enio Luís Santos de Freitas	-	-	-

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total
José Dias de Oliveira Neto	-	-	-
José Francisco Hauschild	-	-	-
Reges Rossato Peripolli	Curso ou Evento (CURS)	2	7
	Dispensa do Ponto (DPON)	5	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 19.01.2017)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída	
1	Claudionéia Berenice Soares Petry	21.07.2014	21.02.2016	1 ano e 7 meses	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Estrela
2	Letícia Silva Saraiva de Araújo	22.02.2016	30.06.2016	4 meses e 9 dias	Lotação no Gab. Desa. Maria Helena Lisot – Assistente de Gabinete (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema BI TRT4 em 19.01.2017)

* Não houve movimentação de servidores lotados na Central de Mandados durante o período correccionado.



3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2015	197	R\$ 1.090,68	R\$ 0,00
Média mensal - 2015	16,42	R\$ 90,89	R\$ 0,00
2016	156	R\$ 862,68	R\$ 0,00
Média mensal – 2016	13,00	R\$ 71,89	R\$ 0,00
Variação 2015-2016	-20,81%	-20,90%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 25.01.2017)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 26 certidões negativas por mês em 2016, número 20,81% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues em 48 horas. Caso o demandante resida em outro município, e a pesquisa não necessite grande levantamento de dados, o documento é entregue no mesmo dia, de acordo com a informação prestada pelo Coordenador.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida no protocolo do requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados na Unidade por 180 dias.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	6.603 – 96,59%	233 – 3,41%	6.836
Processos com reclamadas	13.166 (totalmente) – 91,51%	673 – 4,68%	14.387
	548 (parcialmente) – 3,81%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017, 17h14min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 11.07.2014 passou a ser efetuada exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 3.501/2014, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada mediante conferência dos documentos juntados com as petições apresentadas e de consulta do CNPJ na base de dados do sítio da Receita Federal.

Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 96,59% dos processos que tramitam no Foro.



Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2015, cujo número de reclamadas unificadas era de 5.293, correspondendo à proporção de 90,88%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços dos Advogados		5.405 – 92,47%	440 – 7,53%	5.845
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	12.804 (totalmente) – 89%	1.580 – 10,98%	14.387
		3 (parcialmente) – 0,02%		
	Reclamada	14.076 (totalmente) - 97,84%	206 – 1,43%	
		105 (parcialmente) – 0,73%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017, 17h40min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 92,47% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Estrela. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados se encontravam totalmente unificados em 89% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 97,84%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2016, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 90,88% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 29.03.2016; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 531.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Órgãos		808 – 100%	0	808
Processos com Órgãos		1.557 – 100%	0	1.557

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017, 17h23min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 25.01.2017, todo o cadastro de órgãos se encontrava unificado. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2016, verifica-se que não houve qualquer alteração na situação do cadastro de órgãos da Unidade.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS NO SISTEMA INFORMATIZADO

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES			
	2015	2016	Variação 2015-2016
Carta de sentença	2	0	-100,00%
Embargos de terceiro	16	4	-75,00%
Reclamatória-ordinário	2	1	-50,00%



Reclamatória-sumaríssimo	0	1	-
TOTAL	20	6	-70,00%
MÉDIA POR MÊS	1,67	0,50	-70,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

No ano de 2016, foram cadastrados 2 processos físicos no Foro de Estrela. Destaca-se que o número ínfimo de novos cadastros de processos físicos decorre da implementação do sistema PJe-JT a partir do dia 10.12.2013.

Salienta-se que as 2 reclamações cadastradas no sistema em 2016 são ações que já tramitavam em meio físico e que foram redistribuídas da 1ª para a 2ª Vara do Trabalho de Estrela. Também os 4 embargos de terceiro foram cadastrados no sistema de processos físicos, em face dos autos principais já tramitarem fisicamente na respectiva Unidade Judiciária.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

	Petições e documentos protocolados		
	Total	Dias úteis	Média/dia
2015	5.870	224	26,21
2016	3.279	222	14,77
Variação 2015-2016	-44,14%	-0,89%	-43,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

No ano de 2016, foram protocolizadas 3.279 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 14,77 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 43,64% na média de petições e documentos protocolados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Estrela.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPC, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Estrela fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Os processos arquivados são encaminhados em lotes pelas Varas do Trabalho, os quais são conferidos na Coordenadoria, que verifica número dos processos, nome das partes, numeração de volumes, processos apensados, existência de termo de remessa e acompanhamento dos documentos depositados em Secretaria. Após a inspeção, a Coordenadoria realiza o termo de recebimento do lote no sistema inFOR e é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo. Os processos permanecem no arquivo por três anos, sendo, após, remetidos ao depósito centralizado.

Na vistoria realizada na data da inspeção correcional constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes e contêm a indicação da Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento.

O arquivo encontrava-se muito bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.



3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000171-57.2010.5.04.0781	28.04.2016	09.05.2016	261

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 1 processo em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Estrela está dividida em três setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 06 meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às segundas-feiras ou no dia útil subsequente. Os mandados classificados “urgente” de “plantão” são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Após essa análise, a devolução dos mandados que apresentam urgência é feita logo após o seu cumprimento. Nos demais casos, os mandados cumpridos são devolvidos ao final do expediente, pelo menos uma vez ao dia, às Secretarias das Varas.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

	Processos Físicos	
	Total	Média mensal
2015	861	71,75
2016	354	29,50
Variação 2015-2016	-58,89%	-58,89%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)



Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2015	3.312	276,00
2016	3.386	282,17
Variação 2015-2016	20,97%	20,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 25.01.2017)

Em 2016, a Central de Mandados de Estrela recebeu 3.740 mandados, sendo 354 de processos físicos e 3.386 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 292,08 mandados recebidos, número 2,19% maior do que a média verificada em 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 58,89% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 2,23% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015	2016	Variação 2015-2016
Busca e Apreensão	16	4	-75,00%
Citação	394	98	-75,13%
Condução de Testemunha	0	0	-
Notificação	192	115	-40,10%
Penhora	224	77	-65,63%
Outros	57	60	5,26%
Total	883	354	-59,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015	2016	Variação 2015-2016
Intimação	0	0	-
Notificação	2.471	2.701	9,31%
Mandado	746	747	0,13%
Ofícios	12	57	375,00%
Total	3.229	3.505	8,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 25.01.2017)

Foram cumpridos 3.859 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2016, dos quais 354 oriundos de processos físicos e 3.505 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 253 mandados cumpridos em 2016 na comparação com 2015, correspondendo a uma queda de 6,15%.



Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos, a notificação foi a espécie mais frequente em 2016 (115), seguida pela citação (98). Por sua vez, no processo eletrônico as notificações também foram a espécie mais frequente de mandados em 2016 (2.701), seguidas pelas diligências de execução (747).

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS			
	2015	2016	Variação 2015-2016
Busca e Apreensão	5,31	0,25	-95,29%
Citação	2,45	1,79	-27,02%
Condução de Testemunha	-	-	-
Notificação	2,21	1,78	-19,47%
Penhora	7,90	8,16	3,22%
Outros	3,33	3,17	-5,00%
Prazo Médio Geral	3,89	3,39	-12,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)			
	2015	2016	Variação 2015-2016
Intimação	-	-	-
Notificação	6,94	7,18	3,51%
Mandado	10,39	8,84	-14,92%
Ofício	7,00	6,84	-2,26%
Prazo Médio Geral	7,74	7,53	-2,66%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 25.01.2017)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Estrela caiu 12,91% em 2016, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2016, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 8,16 dias), seguidas pelos mandados classificados como “outros”, cuja média foi de 3,17 dias. Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nas buscas e apreensões de autos (menos de 1 dia, em média).

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 7,53 dias em 2016. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (8,84 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (6,84 dias).



4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS				
	2015		2016	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	1	6,25%	0	0,00%
Citação	19	4,82%	2	2,04%
Condução de Testemunha	0	-	0	-
Notificação	9	4,69%	3	2,61%
Penhora	46	20,54%	22	28,57%
Outros	8	14,04%	5	8,33%
Total Geral	83	9,40%	32	9,04%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2015		2016	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	-	0	-
Notificação	520	21,04%	468	17,33%
Mandado	312	41,82%	265	35,48%
Ofício	3	25,00%	7	12,28%
Total	835	25,86%	740	21,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 25.01.2017)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi pequeno número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 32 mandados após o decurso do prazo legal em 2016, valor correspondente a 9,04% de todos os mandados cumpridos, tendo havido redução em relação aos dados de 2015, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 9,40% do total de mandados cumpridos. A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2016 (28,57%), seguida pelos mandados classificados como “outros” (8,33%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 740 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2016, que equivale a 21,11% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (35,48%). Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Estrela:



Mandados com maior tempo para cumprimento em 2016 (processos físicos)

Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000196-65.2013.5.04.0781	Citação	18.12.2015	19.01.2016	32
0001319-35.2012.5.04.0781	Penhora	19.05.2016	20.06.2016	32
0001319-35.2012.5.04.0781	Penhora	19.05.2016	20.06.2016	32
0001736-51.2013.5.04.0781	Penhora	02.05.2016	30.05.2016	28
0000662-59.2013.5.04.0781	Penhora	19.05.2016	16.06.2016	28

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.01.2017)

Mandados com maior tempo para cumprimento em 2016 (processos eletrônicos – PJe)

Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020908-08.2015.5.04.0781	Mandado	16.12.2015	19.01.2016	34
0020361-02.2014.5.04.0781	Mandado	17.12.2015	19.01.2016	33
0020031-39.2013.5.04.0781	Mandado	14.12.2015	13.01.2016	30
0020593-77.2015.5.04.0781	Mandado	14.12.2015	13.01.2016	30
0020809-68.2015.5.04.0771	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020842-28.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020845-80.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020849-20.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020850-05.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020851-87.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020852-72.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020854-42.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020856-12.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30
0020857-94.2015.5.04.0781	Notificação	14.12.2015	13.01.2016	30

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 25.01.2017)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 26.01.2017, não foi constatada a existência de mandados pendentes de devolução cujo limite legal para sua devolução já houvesse sido ultrapassado, tanto nos processos físicos, como nos processos eletrônicos.

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Estrela.



José Dias de Oliveira Neto				
INFOR				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	04	04
Citação	01	00	52	53
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	00	00	65	64
Penhora	00	00	49	49
Outros	00	00	26	26
Total	01	00	196	196
PJe-JT				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00
Notificação	85	00	868	944
Mandado	07	00	301	303
Ofício	00	00	19	19
Total	92	00	1188	1266
José Francisco Hauschild				
INFOR				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00
Citação	118	118	19	19
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	69	69	20	20
Penhora	69	69	14	14
Outros	20	20	17	17
Total	280	280	70	70



PJe-JT				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00
Notificação	791	791	791	791
Mandado	252	253	227	227
Ofício	04	04	22	22
Total	1047	1048	1040	1040

Reges Rossato Peripolli				
INFOR				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	00	00
Citação	104	104	26	26
Condução de Testemunha	00	00	00	00
Notificação	57	57	31	31
Penhora	57	57	14	14
Outros	15	15	17	17
Total	237	237	88	88

PJe-JT				
	Total em 2015		Total em 2016	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00
Notificação	556	533	902	932
Mandado	205	198	183	195
Ofício	07	07	17	16
Total	768	738	1102	1143

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e a Central de Mandados de Estrela funcionam de forma integrada no mesmo espaço físico. A Unidade encontra-se bem organizada, e as instalações atendem satisfatoriamente às necessidades para o desempenho das atividades.



Destaca-se o empenho da Unidade em relação aos dados cadastrais das reclamadas no período correccionado, passando a proporção de processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado de 90,88%, em 2015, para 96,59%, em 2016.

Constatou-se, ainda, que a Unidade realiza várias atividades que auxiliam e contribuem para o bom andamento das Varas do Trabalho.

Destaca-se também o tempo médio de cumprimento dos mandados alcançado pelos oficiais de justiça da Central de Mandados de Estrela.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou os seus servidores da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados, reconhecendo o excelente trabalho realizado pelos servidores, em especial, o comprometimento de todos com a prestação jurisdicional.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCr.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Estrela no dia 03.02.2017, das 10h às 10h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Na oportunidade, estiveram presentes o Dr. Gentil Bartolomeu Cruz Krahl, Presidente da Subseção de Estrela da OAB Brasil, e Dr. Rafael Godinho, Delegado da CAA/RS e Vice-Presidente da Subseção de Estrela da OAB Brasil, ambos manifestando satisfação por parte dos advogados no atendimento prestado pelos servidores e juízes às partes e procuradores.

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Cezar Eduardo Roos e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correccional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional